

# Sanção Aplicada

## Painel Gráfico

**Data da consulta:** 21/05/2026 09:30:11

**Data da última atualização:** 05/2026 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 05/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 05/2026 (Diário Oficial da União - CEAF) , 05/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 05/2026 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS)

### EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

#### Cadastro da Receita

ESPORTIVA COMERCIO DE MATERIAIS LTDA -  
45.972.435/0001-36  
[CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA](#)

#### Nome informado pelo Órgão sancionador

ESPORTIVA  
COMERCIO DE  
MATERIAIS LTDA

#### Nome Fantasia

SEM INFORMAÇÃO

### DETALHAMENTO DA SANÇÃO

#### Cadastro

CEIS

#### Categoria da sanção

SUSPENSÃO

#### Data de início da sanção

10/07/2024

#### Data de fim da sanção

10/07/2026

#### Data de publicação da sanção

\*\*

#### Publicação

SEM INFORMAÇÃO

#### Detalhamento do meio de publicação

\*\*

#### Data do trânsito em julgado

\*\*

#### Número do processo

PE 133/2022

#### Número do contrato

#### Abrangência da sanção

NO ÓRGÃO  
SANCIONADOR

#### Observações

SUSPENSÃO  
TEMPORÁRIA - LEI Nº  
8666/93, ART. 87, INC.  
III

#### Origem da Informação

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

#### Data da Origem da Informação

02/08/2024

\*\* Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

## ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS		RS

---

### Fundamento legal

LEI 8666 - ART. 87, III - PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

---

### ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.